

Políticos pressionam pela rolagem das dívidas de estados e municípios

por Marta Salomon
de Brasília

“É grande a pressão de deputados e senadores para garantir aos estados e municípios o financiamento de parte da dívida externa, que vence no ano que vem. A proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo presidente Fernando Collor ao Congresso proíbe a rolagem da dívida. Segundo dados do Ministério da Economia, a parcela da dívida dos estados e os juros que vencem no ano que vem somam US\$ 2,5 bilhões.

São Paulo é o estado que detém a maior dívida externa e também são os parlamentares paulistas os autores das propostas mais generosas. Segundo as emendas apresentadas pelos deputados Manoel Moreira e Hélio César Rosas, do PMDB, a LDO deveria garantir o financiamento de 75 a 90%, do montante da dívida dos estados, municípios e de suas estatais.

O relending — reempréstimos dos recursos depositados no Banco Central para o pagamento do serviço da dívida — também é uma alternativa defendida pelos parlamentares. O deputado César Maia (PDT-RJ) propõe que a rolagem seja proporcional ao montante da dívida de cada estado. “O refinanciamento dentro

dos acordos de renegociação da dívida externa não deve discriminar qualquer estado”, justificou.

A proibição da rolagem da dívida da administração direta e indireta dos estados e municípios é o ponto mais polêmico na discussão da LDO no Congresso. A lei vai orientar a fixação das receitas e despesas do governo para 1991. Este ano, os estados e municípios conseguiram garantir o financiamento até no mínimo, 75% de suas dívidas externas.

Outros pontos polêmicos detectados pelos parlamentares no projeto de lei do governo é a indefinição do tratamento da dívida pública. O projeto “esqueceu de fazer referência aos limites da dívida pública”, lembrou César Maia. Ele apresentou emenda que limita a emissão de títulos apenas para a amortização da dívida pública e para financiar uma parcela do programa de reforma agrária. “Só o esquecimento pode justificar a não inclusão desse dispositivo”, ponderou o deputado.

A comissão mista de orçamento do Congresso deverá concluir a análise da LDO em menos de um mês. O prazo de apresentação de emendas pelos parlamentares esgota-se esta semana. São esperadas cerca de 200 sugestões de mudanças ao projeto do governo.